

Constituintes faltam e Ulysses já promete punir

Semana passa sem nada ter sido votado

Após mais de uma semana sem votar sequer um item da Constituição, a Assembleia Nacional Constituinte deve decidir somente no meio desta semana a polêmica questão da estabilidade no emprego. Antes, porém, deverão ser apreciadas, a partir de amanhã, 16 emendas aditivas ao artigo 6º, relativo aos Direitos Individuais e Coletivos. Elas pretendem modificar os 61 parágrafos do artigo 6º, já aprovados pelo plenário.

Dentre as emendas que serão apreciadas alinha-se uma sobre a criminalização da prática do aborto, do deputado Chagas Duarte (PFL-PR), na qual a lei deverá tipificar como crime o aborto, salvo se não houver meio para salvar a vida da gestante. Em outra emenda, o deputado Maguito Vilela (PMDB-GO) investe contra um tema atual, o crime do "colarinho branco", considerando-o grave ofensa ao povo, sendo sua prática inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo ou denunciá-lo, se omitirem.

A deputada Dirce Quadros (PTB-SP) quer acrescentar ao texto constitucional a liberdade do exercício e a prática de assistência e tratamento espiritual, desde que sejam realizados gratuitamente. O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) pretende que não haja, em nenhuma hipótese, documento sigiloso por mais de 30 anos, a contar de sua produção.

Inafiançáveis

O deputado José Camargo (PFL-SP), por sua vez, apresenta emenda na qual estabelece que os crimes de seqüestro e de tráfico de entorpecentes ou drogas serão inafiançáveis e punidos com pena de reclusão, enquanto que os condenados pela prática desses delitos não terão direito ao sursis. Esta emenda do deputado paulista deve dividir os constituintes que terão outra emenda referente ao tema a ser apreciada, a do deputado José Tavares (PMDB-PR), pela qual a lei definirá como crimes inafiançáveis o terrorismo e o tráfico de substâncias entorpecentes determinantes de dependência física ou psíquica. Este último item foi definido também como imprescritível.

A figura do Defensor do Povo é ressusitada através da deputada Raquel Capiberibe (PMDB-AP). O defensor escolhido em eleição secreta pela maioria absoluta dos membros da Câmara é incumbido, na forma de lei complementar, de zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição, apurando abusos e omissões de qualquer autoridade e indicando aos órgãos competentes as medidas necessárias à sua correção ou punição. O defensor, segundo a deputada, deve ter um mandato não-renovável de cinco anos e vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Órgãos

Deverá também ser apreciada proposta do deputado Alvaro Valle (PLR) que quer acrescentar, "onde couber", na Constituição, emenda que estabeleça que sob rigorosa orientação médica, e nos termos da lei, é lícita a retirada de órgãos ou partes do corpo humano para transplante ou outra finalidade terapêutica, salvo se, enquanto viva, a pessoa se tiver manifestado contra esta retirada. Outra emenda, a ser apreciada esta semana, de autoria do senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI), estabelece que quem for condenado, em sentença irrecorrível por homicídio doloso, perderá 25% de seus bens em favor dos herdeiros e dependentes do assassinado, na forma da lei.

Parlamentares apóiam Waldir contra Sarney

Salvador — Parlamentares baianos do PMDB, PDT e PC do B, manifestaram ontem solidariedade ao governador da Bahia, Waldir Pires, na dura polêmica que o chefe do Executivo baiano vem enfrentando com o presidente Sarney, caracterizada por ofensas de parte a parte, sempre veiculadas pela imprensa. A briga entre o governador da Bahia e o presidente da República vem sendo o principal assunto nos meios políticos baianos.

O presidente Sarney mais uma vez errou na sua avaliação, ao afirmar que o governador Waldir Pires é acostumado a lisonjas. Esse não é o perfil do governador baiano. O presidente da República deveria, ao invés de sentir-se triste, declarar-se honrado com a passagem de Waldir Pires pelo Ministério da Previdência Social", avaliou o deputado constituinte Jutahy Magalhães Júnior, secretário de governo da Bahia.

Normalmente comedido, Waldir respondeu duro às críticas do presidente Sarney ao seu desempenho, tanto à frente do Ministério da Previdência Social como na condução do governo da Bahia. Em sua réplica, o governador baiano afirmou que Sarney havia reincidento "na lamentável postura de abdicar da responsabilidade da mais alta função da República para responder colocações políticas com ofensas pessoais".



Menos da metade dos 559 parlamentares compareceu à sessão convocada para ontem

Impasse continua sobre a garantia no emprego

Os representantes dos principais grupos na Constituinte (Centrão, Centrão, Grupo dos 32 e Históricos) não conseguiram até ontem à noite fechar o acordo em torno da definição constitucional da garantia no emprego. Está certo que a fórmula a ser acordada englobará a condenação, em princípio, da demissão imotivada e a indenização compensatória. Mas ainda persistem divergências quanto ao texto.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, ofereceu, ontem, um almoço aos negociadores, na sua residência oficial na Península dos Ministros, quando voltou a insistir na necessidade do entendimento. À noite, os representantes dos diversos grupos voltaram a se reunir. O senador Virgílio Távora prevê que a questão da garantia no emprego seja votada na próxima quarta-feira. Até lá, acredita que será

fechado o acordo.

Em relação aos demais pontos, que serão votados nos próximos dias, praticamente já não há mais divergências. A dificuldade é a falta de quorum. Ontem, apenas 274 constituintes estavam em Brasília. Hoje, o provável é que também não haja quorum. Amanhã e terça-feira seriam, então, votados os dispositivos que precedem o artigo que trata da garantia no trabalho.

A fórmula que tem mais apoio, mas ainda não é consensual, é a da emenda do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) que consagra o princípio da indenização compensatória nos casos das demissões arbitrárias, sem prejuízo de outros direitos dos trabalhadores. O movimento sindical dos trabalhadores, contudo, está pressionando para a adoção de uma forma não restrita ao pagamento de indenização, que caiba a demissão imotivada.

Negociações definem futuro

Luiz Eduardo Costa

O resultado das negociações em torno da proteção contra a demissão imotivada, interpretada como estabilidade no emprego, será decisivo para se traçar os próximos passos da Constituinte no trato de outras questões também consideradas polêmicas, como o conceito de empresa nacional, a intervenção do Estado na economia, liberdade sindical e definição do uso do subsolo.

O resultado dessas negociações para o andamento da Constituinte daqui para frente dependerá de a estabilidade envolver divergências profundas entre os setores conservadores e progressistas. Os primeiros, agrupados em torno do Centrão, não querem definir um critério para as demissões, mesmo que sem justa causa. Desejam apenas que, haja uma indenização maior para os empregados que forem demitidos sem nenhum motivo.

Já os progressistas firmam posição em deixar bem explícito na Constituição a forma em que poderão ocorrer as demissões que não sejam por justa causa. Um acordo que beneficie uma parte, em

detrimento de outra, poderá significar a derrota para a corrente menos beneficiada. Assim, se o Centrão aceitar uma proposta, ou perder no plenário a sua emenda sobre o tema, poderá levar o tiro de misericórdia e se dissolver de vez enquanto grupo. O mesmo pode acontecer com o senador Mário Covas (PMDB-SP), que teve seu prestígio aumentado nas últimas semanas, caso tenha que ceder muito ou perca no voto uma proposta mais progressista para a questão.

Na Constituinte, há a convicção de que a corrente que sair desgastada dessa negociação terá um poder de fogo menor para fazer um entendimento em outras questões polêmicas. Já que o vencedor terá mais força para se impor. Afinal, além da estabilidade ainda existem pontos onde há grandes divergências entre esses dois setores, como a definição de empresa nacional, que deve ser protegida contra o capital estrangeiro, como querem os progressistas, no que têm a oposição dos moderados.

Há ainda a intervenção do Estado na economia, que consta do atual projeto de Constituição e foi modificada pelo Centrão em seu substitutivo, além da definição do uso do subsolo.

Carnaval atrasa ações do grupo Pró-diretas

Respaldo na progressiva tendência manifestada pelos constituintes a favor da aprovação dos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney na Constituição, revertendo situação anterior que previa aprovação dos cinco anos, o Movimento Pró-Diretas encontra-se em compasso de espera. Com o receso provocado pelo Carnaval, o Comitê Pró-Diretas só volta a se reunir nesta quarta-feira para definir os últimos detalhes para o Dia de Advertência, a ser realizado em 4 de março, às 16h00, em todas as capitais brasileiras.

O ato público servirá para advertir os 559 constituintes, de que se votarem pelos cinco anos estarão condenados a não reeleger-se na próxima eleição, pois o povo não os perdoará. Embora composto por constituintes do PCB, PC do B, PSB, PT, PDT, além do MUP (Movimento de Unidade Progressista do PMDB), poucos membros do Comitê Pró-Diretas podiam ser encontrados no Congresso na última sexta-feira.

O líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), era um deles. O líder comunista prefere atribuir a atual fase "morna" por que passa o Movimento Pró-Diretas ao trabalho de elaboração da nova Carta Magna, que vem solicitando os constituintes engajados no movimento. Por causa das tarefas constitucionais que têm prendido os parlamentares em Brasília im-

pedindo-os de manter um contato mais estreito com suas bases eleitorais, o Comitê decidiu delegar mais poderes às coordenações.

As coordenações estaduais, caberá, portanto, organizar qualquer tipo de manifestação a favor das eleições diretas, seja atos públicos ou passeatas, prescindindo assim da presença de seus representantes estaduais. Além dos partidos, inúmeras entidades de classe encamparam movimento a favor das diretas, entre elas a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil) ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), CUT (Central Única dos Trabalhadores), CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e CPB (Confederação dos Professores do Brasil).

Para o deputado, a bandeira dos quatro anos está crescendo cada vez mais entre os constituintes, assim como a ideia de se aprovar o parlamentarismo, já que retiraria a presidência de Sarney antes mesmo dele completar quatro anos à frente do Governo. Haroldo ressaltou que o engajamento da OAB na campanha pró-diretas, dá não só respaldo jurídico como político, uma vez que promulgada a Constituição, se não houver convocação para eleições diretas para Presidente da República, o mandato de Sarney, passará a ser considerado ilegítimo e usurpado.



Ronaldo César Coelho (RJ)

Deputado confiante prevê acordo logo

O presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, ainda está confiante num acordo, logo, entre os parlamentares em torno da estabilidade no emprego. Para Ulysses, «o acordo está maduro. Já está na hora da criança nascer». Ulysses disse que reuniu-se na noite de sexta-feira com o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, para analisar os resultados das várias reuniões que ambos tiveram ao longo da semana, chegando à conclusão de que essas discussões tiveram um saldo positivo. «Vem sendo trabalhada uma fórmula convergente na relação patrão/empregado». Essa relação e histórica, difícil e polêmica e não é à-toa que esse acordo sofre grande dificuldade de realização», disse.

De acordo com Ulysses, a ideia fundamental do acordo que se alinhava é remeter para a legislação complementar toda a regulamentação sobre indenização e estabilidade no emprego, mantendo apenas o princípio no texto constitucional. Seria estabelecido no texto das disposições transitórias um valor provisório para as indenizações, até a aprovação da lei complementar.

Sindicalistas vêm a Brasília fazer pressão

Dirigentes sindicais de todo País estarão reunidos em Brasília amanhã, numa iniciativa da União Sindical Independente (USI) para marcar a posição da entidade quanto à estabilidade no emprego e outros temas sociais em discussão na Constituinte. Na terça-feira, os dirigentes sindicais irão ao Congresso levar suas conclusões. Para o presidente da USI, Antônio Pereira Magaldi, a discussão sobre estabilidade no emprego e outros temas sociais está sendo mal encaminhada pelos constituintes. Na sua opinião, «está sendo ouvido quem grita mais alto para compensar a falta de representatividade, e não quem realmente deve representar os trabalhadores, como por exemplo as Federações».

A reunião de amanhã foi decidida pela Executiva Nacional da USI, e um de seus objetivos é estabelecer um consenso, a nível nacional, sobre a necessidade de a Constituição estabelecer garantias contra a demissão imotivada, de forma genérica, deixando-se o detalhamento da questão para a legislação ordinária. Segundo Magaldi, é inconveniente, agora, pretender discutir amplamente aspectos de um pacto social entre trabalhadores, Governo e empresários, mesmo porque tentativas piores nesse sentido não tiveram seguimento favorável.



Nem mesmo o apelo do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, durante vários dias, conseguiu sensibilizar os constituintes para a sessão de ontem pela manhã, que novamente não ofereceu quorum para apreciação de matéria constitucional. Apenas 274 parlamentares compareceram ao plenário e Ulysses prometeu acionar medidas drásticas de punição aos faltosos, que ontem foram 285.

O presidente da Constituinte revelou que detém um verdadeiro arsenal de sugestões para tentar coibir as constantes ausências de parlamentares às sessões. Entre elas, um projeto de resolução do deputado Maurício Fruet (PMDB-PR), que propõe desde o simples desconto de subsídios, advertência e suspensão, até a perda do mandato, se as faltas ultrapassarem a terça parte das sessões convocadas.

Ulysses deverá transferir o pequeno expediente e o horário de comunicação de lideranças para as sessões matutinas, e deixar o turno vespertino e noturno apenas para as votações.

A sessão de ontem, pela manhã, foi aberta às 9h00, com a lista de registro apresentando o comparecimento de apenas 115 parlamentares. Pouco menos de trinta constituintes estavam dentro do plenário. O horário do pequeno expediente foi utilizado pelos deputados José Genoíno (PT-SP), Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) Haroldo Lima (PCdoB-BA) e

Victor Faccioni (PDS-RS) para críticas ao pronunciamento do presidente Sarney na "Conversa ao Pé do Rádio".

Defesa

O deputado Ulysses Guimarães assumiu a presidência às 10h30 e assistiu à defesa do líder do PMDB, senador Mário Covas, contra acusações de, juntamente com o senador Fernando Henrique Cardoso, ter sido beneficiados com recursos da Cosipa nas suas campanhas eleitorais.

O líder do Governo, Carlos Sant'Anna, pediu providências a Ulysses sobre a utilização do horário de comunicação de lideranças para críticas e agressões ao presidente Sarney. Sant'Anna exigiu uma forma regimental que possibilitasse a réplica.

Em questão de ordem, a deputada Beth Azize (PSB-AM), pediu a Ulysses que cassasse a licença do presidente Sarney de usar o programa "Conversa ao Pé do Rádio", para, segundo ela, "indispor o povo contra a Constituinte". O líder do PDT, Brandão Monteiro, cobrou do presidente da Constituinte as conclusões sobre o episódio do "voto fantasma" do deputado Sarney Filho e também exigiu providências da Mesa, se possível de punição, para os constituintes faltosos.

Em resposta, Ulysses disse que a medida mais enérgica que poderia admitir "é a sanção da opinião pública", mas se for preciso, para o bem da Constituinte, "outras medidas serão acionadas". O presidente convocou uma sessão para hoje, às 9h00, e espera, confiante, na presença maciça dos constituintes.

Os ausentes

Parlamentares que faltaram à sessão de ontem da Assembleia Nacional Constituinte:

NOMES

Abigail Feitosa; Adauto Pereira; Adhemar de Barros Filho; Adolfo Oliveira; Aécio Neves; Afonso Camargo; Afriq Domingos; Afonso Arinos; Agassiz Almeida; Arripino de Oliveira Lima; Aírton Cordeiro; Alérico Abib; Alérico Cordeiro; Alérico Filho; Aleni Guerra; Alexandre Costa; Alexandre Puzyna; Alfredo Campos; Aloisio Vasconcelos; Aloysio Teixeira; Aluizio Bezerra; Aluizio Campos; Alvaro Antônio; Alvaro Pacheco; Alysson Paulinelli; Amaral Netto; Amaury Müller; Amílcar Moreira; Angelo Magalhães; Aníbal Barcellos; Antônio Carlos Franco; Antônio Farias; Antônio Ferreira; Antônio Mariz; Antônio Salim Curiani; Antônio Ueno; Arnaldo Faria de Sá; Arnaldo Martins; Arnaldo Moraes; Arnaldo Prieto; Arnold Fioravante; Aroldo de Oliveira; Asdrubal Bentes; Atala Lira; Aureo Mello; Basílio Villani; Benito Gama; Bezerra de Melo; Bocayúva Cunha; Bosco França; Caio Pompeu; Carlos Alberto; Carlos Chiarelli; Carlos DeCarli; Carlos Vinagre; Carlos Virgílio; César Cals Neto; Chagas Neto; Chico Humberto; Cleonânio Fonseca; Cristina Tavares; Cunha Bueno; Dalton Canabara; Davi Alves Silva; Del Bosco Amaral; Delfim Netto; Dionísio Hage; Dirceu Carneiro; Edesio Frias; Edivaldo Motta; Eduardo Moreira; Elizeu Moreira; Enoe Vieira; Eryon Bonkowski; Ezequiel Nogueira; Euclides Scalco; Eunice Michiles; Eivaldo Gonçalves; Expedito Machado; Ezio Ferreira; Fábio Raunhetti; Farabullini Júnior; Fausto Fernandes; Fausto Rocha; Felipe Cheidde; Feres Nader; Fernando Gasparian; Fernando Velasco; Flávio Palmier da Veiga; Flávio Rocha; Franca Teixeira; Francisco Benjamin; Francisco Coelho; Francisco Diógenes; Francisco Pinto; Francisco Sales; Furtado Leite; Gândi Jamil; Gastone Righi; Genésio Bernardino; Geotah Amarante; Geraldo Bulhões; Geraldo Fleming; Geraldo Melo; Gerson Marcondes; Gerson Peres; Gil César; Gilson Machado; Gustavo de Faria; Harlan Gadelha; Hélio Costa; Hélio Duque; Hélio Manhães; Hélio Rosas; Henrique Córdova; Henrique Eduardo Alves; Heráclito Fortes; Homero Santos; Humberto Lucena; Iberê Ferreira; Itajá Rodrigues; Irapunha Costa Junior; Itamar Franco; Ivo Cersósimo; Ivo Lech; Jacy Scanagatta; Jairo Azi; Jairo Carneiro; Jamil Haddad; Jessé Freire; Jesus Tajra; Joaci Goês; João Alves; João Carlos Bacelar; João Castelo;

João Cunha; João da Mata; João Herrmann Neto; João Lobo; João Machado Rollemberg; João Meneses; João Rezek; Joaquim Francisco; Joaquim Haickel; Jovial Lucas; Jorge Bornhausen; Jorge Leite; Jorge Medaaur; José Agripino; José Camargo; José Carlos Martinez; José Carlos Vasconcelos; José Costa; José Dutra; José Egreja; José Elias; José Freire; José Ignacio Ferreira; José Jorge; José Luiz de Sá; José Luiz Maia José Maranhão; José Maria Eymael; José Mendonça Bezerra; José Moura; José Santana de Vasconcelos; José Serra; José Thomaz Nonô; José Tinoco; José Ulysses de Oliveira; José Viana; Giovanni Masini; Koyu Iha; Leopoldo Peres; Leopoldo Bessone; Leopoldo Peres; Leuz Lomanto; Levy Dias; Lúcia Braga; Lúcia Vânia; Luis Eduardo; Luiz Leal; Luiz Soyer; Luiz Viana; Luiz Viana Neto; Maluly Neto; Manuel Viana; Márcia Kubitschek; Márcio Braga; Marcos Lima; Maria de Lourdes Abadia; Mário Assad; Mário Bouchardet; Mário de Oliveira; Marluce Pinto; Mattos Leão; Maurício Campos; Mauro Beneditos; Mauro Borges; Max Rosenmann; Melo Freire; Mello Reis; Mendes Botelho; Mendes Canale; Messias Goês; Messias Soares; Michel Temer; Milton Barbosa; Milton Lima; Milton Reis; Miro Teixeira; Mozarildo Cavalcanti; Mussa Demes; Myrian Portella; Naphthal Alves de Souza; Narciso Mendes; Nelson Aguiar; Nelson Jobim; Nelson Sabrá; Nelson Seixas; Nelson Wecklin; Nestor Duarte; Noel de Carvalho; Nyder Barbosa; Olavo Pires; Orlando Dutra; Onofre Corrêa; Orlando Pacheco; Oscar Corrêa; Osmar Leitão; Osmundo Macedo; Osvaldo Almeida; Osvaldo Lima Filho; Otomar Pinto; Paulo Marques; Paulo Mincaronne; Paulo Pimentel; Paulo Roberto Cunha; Paulo Zarzur; Pedro Ceolin; Percival Muniz; Rachid Saldanha Derzi; Raimundo Lira; Raquel Candido; Raul Belém; Raul Ferraz; Renato Johnson; Ricardo Izar; Rita Furtado; Roberto Augusto; Roberto Balestra; Roberto Brant; Roberto Campos; Roberto D'Auxila; Roberto Jefferson; Roberto Torres; Roberto Vital; Robson Marinho; Ronaldo Araújo; Ronaro Corrêa; Rosa Prata; Rose de Freitas; Rospide Netto; Rubem Branquinho; Rubem Medina; Ruben Figueiró; Ruberval Piloto; Salatiel Carvalho; Santinho Furtado; Sarney Filho; Sérgio Brito; Sérgio Spada; Severo Gomes; Sílvio Abreu; Simão Sessim; Sotero Cunha; Stélio Dias; Teotônio Vilela Filho; Theodoro Mendes; Tito Costa; Ubiratã Spinelli; Victor Trosão; Vieira da Silva; Vingit Rosado; Vinícius Cansanção; Virgílio Galas; Vivaldo Barbosa; Waldeck Ornelas;



Covas contesta favorecimento

Os 274 constituintes presentes ontem à sessão realizada de manhã pela Assembleia Nacional Constituinte, ouviram, em silêncio, o senador Mário Covas (foto) reafirmar, da tribuna, as acusações de que teria usado a máquina administrativa da Cosipa em sua campanha eleitoral e recebido outros favores do Governo, in-

clusive uma emissora de rádio. "Se recebi alguma emissora de rádio" — disse —, "o Governo pode ficar com ela. Não faço aqui críticas a qualquer parlamentar, mas eu, como senador, não receberei nenhuma rádio nem televisão. Para mim, isso não seria normal".